

Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Código da Oferta na BEP - OE202106/0317

Ref. 02/2021 – Área Jurídica da Unidade Jurídica e de Fiscalização, do Departamento de Estratégia

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 120 minutos, com tolerância de 10 minutos.

Será composta por 3 grupos de questões:

- Grupo I – 12 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 4 questões de resposta direta (1 valor cada)
- Grupo III – 2 questões de desenvolvimento, em que o/a candidato/a deverá optar e responder apenas a 1 (4 valores)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Constituição da República Portuguesa;
- Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro;
- Regime jurídico das autarquias locais, Estatuto das Entidades Intermunicipais, Regime Jurídico da Transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e Regime Jurídico do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente;
- Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro na redação vigente;
- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação vigente;

- Lei de Bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo - Lei nº 31/2014, de 30 de maio, na redação vigente;
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio, na redação vigente;
- Código de Processo nos Tribunais Administrativos aprovado pela Lei nº 15/2002, de 22 de fevereiro, na redação vigente;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação vigente;
- Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, na redação vigente;
- Regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas aprovadas pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente (Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso);
- Regime-Geral das Contraordenações aprovado pelo Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, na redação vigente;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente;
- Código do Trabalho aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, na redação vigente;
- Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, aprovado pela Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na redação vigente;
- Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, na redação vigente;
- Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras (ROSM), Aviso n.º 597/2021, publicado no Diário da Republica, N.º 5, parte H, de 8 de janeiro de 2021.

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta da legislação, sem anotações, devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.